

Livros digitais em bibliotecas

Liliana Giusti Serra

Universidade de São Paulo – USP, Email: lgiustiserra@gmail.com

José Fernando Modesto da Silva

Universidade de São Paulo – USP, Email: fmodesto@usp.br

Resumo

O licenciamento de livros digitais para bibliotecas é realizado por meio de fornecedores específicos como editores, agregadores e distribuidores que, por meio de modelos de negócios, definem as possibilidades de contratação de títulos individuais ou pacotes de publicações. Neste estudo serão analisadas as principais características dos modelos de negócio utilizados pelas bibliotecas: Aquisição perpétua, Assinatura, Aquisição Orientada ao Usuário, Empréstimo de curto prazo e Aquisição Orientada por Evidência. A partir de análise das características dos modelos de negócios, o estudo visa identificar fatores que interferem no desenvolvimento de coleção, buscando destacar questões significativas nas práticas bibliotecárias. Dentre os fatores observados, constata-se a fragilidade de controle de permanência dos títulos no acervo em decorrência de rompimentos ou não renovação de contratos entre autores, fornecedores e bibliotecas; as limitações impostas aos bibliotecários na seleção dos títulos e a participação dos usuários na formação do acervo ao aplicar alguns dos modelos de licenciamentos transitórios. A metodologia consiste de estudo descritivo exploratório com levantamento bibliográfico da literatura sobre a aplicação de livros digitais em bibliotecas, com recorte temporal prioritário de 2005 a 2014.

Palavras-chave: Livros digitais. Licenciamento de conteúdo. Modelos de negócios. Desenvolvimento de coleção. Conteúdo digital.

1 Introdução

A utilização de livros digitais nas bibliotecas se amplia com a crescente oferta de títulos. Os livros digitais presentes nos acervos podem ser obras de acesso aberto (*open access*) e licenciadas. Esta pesquisa discute, essencialmente, as questões relacionadas à aquisição de conteúdo licenciado, identificando os modelos de negócios existentes para inclusão de livros digitais nos acervos das bibliotecas e as possíveis implicações decorrentes no desenvolvimento de coleções.

Segundo Polanka (2011), em relação aos livros impressos, os livros digitais apresentam desafios e oportunidades em termos de desenvolvimento de coleção, no processo de aquisição e nas formas de acesso. Para a *International Federation of Library Associations and Institutions* (2012), o desenvolvimento de coleções é afetado a partir do momento em que as bibliotecas, que sempre decidiram sobre quais obras adquirir e emprestar a seus usuários, são obrigadas a sujeitar-se aos interesses de fornecedores a respeito dos títulos que podem fazer parte de seus acervos.

O licenciamento de livros digitais ocorre de forma diferente para uso pessoal (leitores) e institucional (bibliotecas). Enquanto os leitores adquirem seus livros digitais em livrarias físicas ou virtuais, as bibliotecas realizam o licenciamento por meio de fornecedores específicos, como editores, agregadores de conteúdo e distribuidores, mediante adoção de modelos de negócios (POLANKA, 2011b). As ferramentas utilizadas em livrarias virtuais não são desenvolvidas com foco nas bibliotecas, visto que priorizam o mercado consumidor dos leitores, afinal as bibliotecas não representam percentuais de vendas significativos para este tipo de fornecedor. Mesmo que a biblioteca opte por adquirir livros digitais em livrarias virtuais e empreste os dispositivos de leitura onde o conteúdo foi armazenado, o processo de licenciamento será realizado de forma individual, título a título, devido ao fato que nem todas

as ferramentas permitem a inclusão de diversos livros digitais em um único pedido (COOK, 2011). Os fornecedores que atendem as bibliotecas permitem o licenciamento de títulos individuais ou em pacotes, com o bibliotecário, muitas vezes, perdendo o controle das obras presentes na coleção. Os modelos de negócios representam formas diferentes de licenciar o conteúdo quando comparado com as possibilidades de aquisição aplicadas aos volumes impressos. É fundamental o conhecimento das principais modalidades de licenciamento para análise e definição da forma adequada de contratação, de acordo com o título desejado, sua preservação em longo prazo e permanência no acervo.

Price (2015), ao comentar os resultados de pesquisa realizada no Reino Unido sobre a concessão de livros digitais para bibliotecas, destacou, entre outros aspectos, que para 95% dos usuários ingleses, a oferta de uma maior variedade de títulos digitais poderia incentivá-los a realizar ainda mais empréstimos. Aspecto significativo também para o bibliotecário que, na mesma pesquisa inglesa, entende ser o empréstimo do livro digital uma maneira de a biblioteca ofertar outra opção de escolha aos seus usuários. Neste mesmo enfoque, Mount (2014), ao comentar pesquisa sobre o uso de livro digital na Finlândia, destaca que para 55% dos usuários que responderam ao estudo, destacam que o empréstimo digital os levou a se interessarem mais pela compra de livros digitais. Embora, não seja aqui foco deste artigo, a citação feita ilustra o possível estímulo à demanda e a compreensão dos modelos que viabilizam a tomada de decisão das bibliotecas em atenção ao seu público.

2 Procedimentos Metodológicos

Como metodologia, este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva exploratória, realizada com base em levantamento bibliográfico coletado em livros, artigos de periódicos, teses, dissertações, trabalhos de eventos, sítios da Web etc., que abordem os modelos de negócios aplicados no licenciamento de livros digitais para bibliotecas. Os artigos com enfoque no mercado editorial, leitura digital, usabilidade dos dispositivos móveis, livros digitais como ferramenta de ensino, funcionalidades técnicas e demais assuntos que diferem da aplicação exposta acima foram utilizados como complemento do material selecionado. Os dados coletados subsidiaram o referencial teórico do estudo e proporcionaram subsídios para levantamento de questões pertinentes aos modelos de negócios adotados, suas particularidades e implicações envolvidas no desenvolvimento de coleção. A pesquisa foi realizada com recorte temporal prioritário do período de 2005 a 2014. Períodos anteriores foram pesquisados com menor exaustividade. A falta de relatos de experiências sobre a utilização de livros digitais no Brasil foi resultante na escolha do referencial teórico prioritariamente estrangeiro, principalmente identificados em bibliotecas nos Estados Unidos e no Reino Unido.

3 Fornecedores e o Licenciamento de Livros Digitais

Sob o ponto de vista da biblioteca, as mudanças no processo de aquisição decorrentes dos livros digitais são significativas porque a relação fornecedor-biblioteca não está mais centrada na aquisição e recebimento dos títulos, mas na contratação de fornecedores que realizarão uma prestação de serviço. Para a biblioteca, não ter a propriedade dos livros digitais interfere em sua autonomia em construir sua coleção.

Os fornecedores condicionam o acesso ao livro digital por meio de suas plataformas proprietárias (RONCEVIC, 2013), onde ocorrerá a leitura. Segundo Sheehan (2013) a biblioteca ao adquirir livros em formato digital, depara-se com acesso mediado por uma terceira parte envolvida no processo de aquisição. Se a terceira parte se retira do negócio a biblioteca enfrenta a situação de não poder utilizar os livros adquiridos.

Os fornecedores de livros digitais para bibliotecas são, essencialmente, os editores, os agregadores de conteúdo e os distribuidores. Os editores são os responsáveis pelo

lançamento da publicação, são empresas comerciais, profissionais do mercado do livro (SERRA, 2014). Eles podem realizar vendas diretas às bibliotecas, porém oferecem somente seus próprios títulos. Quando a editora não possui uma plataforma própria, seus títulos podem ser oferecidos por meio de agregadores de conteúdo (GRIGSON, 2011).

De acordo com Morris e Sibert (2011) e a *National Information Standards Organization* (2014), os editores podem licenciar títulos individualmente ou em pacotes. Alguns editores aplicam quarentena ou embargo a seus títulos, adiando o período em que lançamentos são oferecidos às bibliotecas. Este prazo é estendido aos distribuidores e agregadores, que apenas podem licenciar as obras que foram liberadas (POLANKA, 2011b).

Para Roncevic (2013), agregadores de conteúdo são companhias que representam os títulos de editores, aplicando diversas opções de licenciamento. Trabalham com modelos de negócios variados, e sujeitos à alteração durante a vigência do contrato. O acesso ao conteúdo é realizado por plataforma própria, que usualmente apresenta recursos de pesquisa. Ao firmar contrato com um agregador, a biblioteca poderá licenciar o conteúdo de todas as editoras que estão presentes na carteira deste fornecedor, ampliando a oferta de títulos, vinculada a um único instrumento legal (POLANKA, 2011b). Todavia, os agregadores não firmam contrato com todas editoras e dificilmente um único fornecedor atenderá a demanda de uma biblioteca. “Cada agregador terá um diferente conjunto de editoras e de títulos disponíveis em sua plataforma, mas não necessariamente todos os títulos do editor” (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2014, p.12, tradução nossa).

Segundo Polanka (2011b), distribuidores são fornecedores que vendem obras impressas e digitais de editores e agregadores. Eles assemelham-se aos agregadores, pois representam diversas editoras, porém não possuem plataformas próprias, entregando o conteúdo que será acessado por meio das ferramentas dos agregadores ou editores. Os valores oferecidos pelos distribuidores não são tão competitivos quanto os de editores e agregadores, afinal são intermediários no processo de licenciamento.

Os títulos podem ser licenciados por meio de pacotes ou individualmente. Para Grigson (2011), em algumas situações o fornecedor define quais os títulos presentes no pacote e, em outras, permite à biblioteca certo nível de decisão sobre o conteúdo. O licenciamento de pacotes apresenta como vantagens o custo menor em relação à aquisição de títulos individuais; e a reunião de obras sobre o mesmo tema, resulta em economia de tempo na seleção dos títulos. Em contrapartida, pode representar o investimento em obras que não apresentam interesse ou que não serão utilizadas. A seleção e alterações no pacote podem ocorrer durante o período licenciado ou podem ser limitadas uma vez ao ano, na contratação ou na renovação. Na contratação de pacotes de livros digitais a biblioteca está sujeita a presença de obras concorrentes, quando fornecedores diferentes obtiveram permissão para representar o mesmo título. Como uma biblioteca não conseguirá licenciar todos os títulos de seu interesse com um único fornecedor, esta incidência deve ser observada no momento da contratação. “As possibilidades de aquisição de livros digitais também não estão amadurecidas. Observa-se um conjunto de iniciativas, com fornecedores Tateando e testando modelos de negócios e, na medida em que se sentem confortáveis, vão flexibilizando suas ações” (SERRA, 2014, p.117).

Outra ocorrência é a quebra ou não renovação de contrato entre autores e editores, impedindo que suas obras sejam comercializadas. A partir do momento que um autor troca de editora, suas obras passarão a ser oferecidas por outro editor e este processo não é imediato. Se um autor opta por não renovar contrato com uma editora e não lançar novas edições, sua obra estará sem contrato e não poderá constar na plataforma dos fornecedores e, conseqüentemente, não estará disponível às bibliotecas.

4 Modelos de negócios para licenciamento de livros digitais

Este estudo analisa os modelos de negócios Aquisição Perpétua, Assinatura, DDA (*Demand Driven Acquisition*, Aquisição Orientada ao Usuário, tradução nossa), STL (*Short Term Loan*, Empréstimos de Curto Prazo, tradução nossa) e EBS (*Evidence Based Selection*, Seleção Baseada em Evidência, tradução nossa).

O modelo de Aquisição perpétua é similar ao processo de aquisição de livros impressos, representando familiaridade aos bibliotecários (GRIGSON, 2011; MORRIS; SIBERT, 2011), com a biblioteca “comprando” uma obra e não realizando um aluguel ou licenciamento com prazo de duração, quando um novo contrato deve ser estabelecido ou ocorrerá a remoção do título da coleção. Alerta-se que neste modelo os valores são sensivelmente mais caros que nos demais:

Assim como em livros impressos, o pagamento ocorre uma vez e a biblioteca pode, teoricamente, ter acesso indefinido do livro digital. Contudo, pode haver uma taxa anual para cobrir os custos de hospedagem do livro digital adquirido no sítio do fornecedor. Esta pode ser na forma de uma cobrança realizada para cada livro digital adquirido, ou pode ser uma taxa única que cobre todos os livros digitais armazenados no sítio (GRIGSON, 2011, p.27, tradução nossa).

Entretanto, apesar de ser inicialmente mais onerosa, esta modalidade pode mostrar-se vantajosa em longo prazo, sem necessidade de novo licenciamento a intervalos regulares, se o título mantiver média de utilização recorrente.

Para Doucette e Lewontin (2012) o modelo deve ser empregado para títulos que a biblioteca quer garantir permanência de longo prazo na coleção. Assim teriam sua manutenção no acervo assegurada, sem necessidade de novo investimento. Caso a biblioteca adquira com regularidade títulos de atualizações frequentes (novas edições ou conteúdos etc.), o modelo é inadequado. Em Assinaturas, quando uma nova edição é lançada, esta torna-se disponível aos usuários. Na Aquisição perpétua a biblioteca realiza o licenciamento da nova edição. A instituição deve se resguardar dos riscos de perder o acesso por problemas com o fornecedor, se possível incluindo em contrato cláusula de entrega de arquivos caso as condições acertadas sofram alterações. A principal dificuldade de aplicação desta modalidade é a prática de altos preços, com valores superando as publicações impressas.

Uma questão a ser considerada é a garantia de acesso de longo prazo e ações de preservação digital do(s) arquivo(s) por parte do(s) fornecedor(es). Grigson (2011), enumera as situações de vulnerabilidade do livro digital no modelo de Aquisição perpétua:

- a) Mudanças de formatos dos arquivos (formatos obsoletos);
- b) Editor encerrar suas atividades ou transferir suas obras a outro fornecedor;
- c) Fornecedor perder os direitos de distribuição do título;
- d) Fornecedor descontinuar uso da plataforma.

Para a autora, a biblioteca deve assegurar-se de ser informada sobre a alteração da situação de um título ou ser ressarcida, total ou parcialmente, caso ocorra a remoção ou não disponibilidade de um título adquirido. Outra possibilidade é solicitar a entrega dos arquivos das obras removidas ou obter autorizações para conversão de formatos.

A Assinatura é um modelo de negócios que permite a contratação de grandes quantidades de obras, dentro de um determinado período, a custos baixos, podendo ocorrer alterações durante a vigência do licenciamento ou nas renovações, com entrada de novas obras, substituição ou remoção de outras. As inclusões podem ocorrer com novas edições, títulos lançados pelas editoras representadas pelo fornecedor ou, no caso de agregadores, com a entrada de outros editores na carteira de representação. Para as bibliotecas é um modelo interessante ao permitir a inclusão de diversos títulos no acervo a baixo custo, se comparado

ao modelo de Aquisição perpétua, onde o licenciamento dos títulos ocorre de forma individual (LALLA, 2012; MORRIS; SIBERT, 2011).

O modelo de Assinatura pode proporcionar agilidade na atualização de títulos que apresentam modificações de conteúdo frequentes. Assim, a cada nova edição, a mesma é incluída ao pacote contratado, substituindo a anterior, representando agilidade no atendimento ao usuário, muitas vezes sem necessidade de realização de novos investimentos.

Se o conteúdo tem uma vida útil curta (por exemplo, livros jurídicos, sobre computação ou guias de turismo), ou a demanda é imediata (por exemplo, adquirir um livro para atender um curso de curta duração), a necessidade de acesso por tempo indeterminado do conteúdo não se faz presente e pagar um preço baixo por um acesso temporário talvez seja mais econômico (GRIGSON, 2011, p.28, tradução nossa).

Em contrapartida, se a biblioteca atende a áreas como humanidades ou pesquisas históricas, o modelo pode não ser indicado, principalmente com a substituição de edições existentes por novas (MORRIS; SIBERT, 2011).

O que as assinaturas não fornecem é estabilidade. Como o conteúdo é alugado e não adquirido, a biblioteca não tem garantias específicas que os títulos irão permanecer disponíveis. Quando uma nova edição é disponibilizada ou os agregadores encerram contratos com editores, o conteúdo desaparecerá (ALBITZ; BRENNAN, 2012b, p.88, tradução nossa).

As questões apontadas pelas autoras alertam sobre o descontrole do desenvolvimento de coleção. Este fato também é comentado por Lalla (2012, p.26) onde “se a editora fechar ou for adquirida por outro fornecedor, o acesso não está garantido” (tradução nossa).

Inicialmente, caso um contrato de licenciamento não seja renovado, o acesso aos títulos é cortado. Se for uma decisão do bibliotecário ou decorrente de orientações da instituição para realização de cortes no orçamento, a perda de acesso aos títulos é conhecida e pode ser preparada pelos profissionais das bibliotecas, substituindo as obras removidas por títulos similares ou contratação de outros fornecedores. Entretanto, quando ocorrem rompimentos de contrato entre editores e fornecedores, nem sempre o contratante é notificado e as obras são retiradas do conjunto licenciado à revelia do bibliotecário. Se por um lado as Assinaturas proporcionam economia na contratação, com ampla oferta de títulos licenciados, por outro torna o controle do acervo fragilizado, com o risco de remoção de obras que foram contratadas de forma arbitrária, porém atendendo questões legais de representação. Estes casos mostram que a autonomia do fornecedor também é limitada, ao não poder garantir a permanência das editoras e autores que representa.

O DDA é um modelo que pode ser aplicado para livros impressos e digitais, embora com estes últimos sua popularidade tenha sido ampliada em termo de utilização (SERRA; SILVA, 2014). Segundo Nixon, Freeman e Ward (2011) o DDA disponibiliza todo o catálogo de um fornecedor para que seja consultado pelos usuários. O bibliotecário pode incluir todas as obras do fornecedor para consulta, ou então selecionar quais títulos não licenciados serão disponibilizados. A partir de uma quantidade de acessos realizados, a obra passa a fazer parte da coleção da biblioteca, em processo de licenciamento que ocorre de forma automática.

O DDA ganha importância no momento em que a própria agência de padronização, a *National Information Standards Organization* (NISO), elabora projeto que permita desenvolver práticas recomendadas a esta modalidade de contratação, estabelecendo um modelo flexível que atenda editoras, agregadores e bibliotecas. A proposta se encontra especificada no documento NISO RP-20-2014 e fornece orientações que permitem às bibliotecas desenvolverem planos de adesão ao DDA que atendam às necessidades orçamentárias e, ao mesmo tempo, permita a participação em consórcio e implementação do modelo por meio de agregadores (National Information Standards Organization, 2014).

As discussões sobre a participação do usuário na seleção das obras a serem adquiridas pelas bibliotecas iniciaram-se com estudos de Kent (1979 apud NIXON; FREEMAN; WARD, 2011) que apresentavam que a circulação dos títulos selecionados pelos bibliotecários não apresentava números constantes. Anteriormente, pesquisa desenvolvida por Trueswell (1969 apud NIXON; FREEMAN; WARD, 2011) revelava que 80% das circulações da biblioteca eram realizadas em apenas 20% da coleção. Para Price et al (2009), a principal diferença entre o processo tradicional de aquisição e o DDA é o início do licenciamento. Com os livros impressos, a obra torna-se parte da coleção a partir do momento em que é recebida e disponibilizada no acervo. No DDA, o processo de utilização inicia-se com a solicitação do usuário diretamente no catálogo, antes mesmo dela ser incluída na coleção.

Ao decidir pela adoção do DDA como uma das formas de aquisição, a biblioteca pode estipular critérios das obras que serão disponibilizadas para seleção do usuário, podendo ocorrer um licenciamento após uma quantidade de acessos realizados. Para a *National Information Standards Organization* (2014), estes critérios podem ser: 1) tipo de conteúdo; 2) data de publicação; 3) assunto; 4) editor; 5) país de publicação; 6) preço; 7) idioma; 8) lançamentos; e 9) formatos. Estes critérios também podem ser adotados no STL e no EBS.

O DDA pode ser utilizado em conjunto com os demais modelos, como Aquisição perpétua ou Assinatura quando o título é incluído ao acervo, ou o STL ou EBL, realizando primeiramente alugueis e, após a confirmação de interesse dos usuários, alterar a forma de licenciamento. Observa-se que o modelo DDA apresenta variações, com cada fornecedor estabelecendo e oferecendo possibilidades ou restrições para sua utilização.

O STL é semelhante a um aluguel para títulos específicos (POLANKA, 2011b). Nele, o usuário tem acesso a todos os títulos do fornecedor, e não apenas às obras que foram contratadas. Ao localizar uma obra de seu interesse, mas inexistente no acervo licenciado da biblioteca, o usuário pode solicitar o “aluguel” desta publicação. Assim, só ele terá direito de acesso temporário ao título, que cessará quando expirar o prazo de locação. O tempo de utilização do título alugado é definido pelo fornecedor, com relatos de acessos de 24 horas ou 48 horas (DOUCETTE; LEWONTIN, 2012), intervalo de dias, semanas (POTER; WEAVER; NEWMAN, 2012) ou meses (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2014). Para Grigson (2011), o modelo é comparado ao Empréstimo entre Bibliotecas, ao permitir que uma obra externa à instituição seja utilizada temporariamente. Por outro lado, Woods e Ireland (2008) salientam que o STL não pode ser considerado um Empréstimo Entre Bibliotecas, visto que a oferta de títulos é oferecida por fornecedores e não por outras instituições, não ocorrendo um empréstimo, mas um licenciamento transitório (WOODS; IRELAND, 2008).

Os custos do licenciamento neste modelo variam de 10 a 20% do valor da obra solicitada segundo Grigson (2011), de 10 a 15%, para Morris e Sibert (2011) ou de 10 a 30% de acordo com Rapp (2011b apud PORTER; WEAVER; NEWMAN, 2012). Para Grigson (2011) o custo do aluguel pode ser considerado caro, se a biblioteca beneficia somente um usuário, sem aumentar a oferta de títulos aos demais. Por outro lado, não é feito um investimento de longo prazo em um título que representa baixo interesse. Quando feito por longos prazos, o aluguel representa um investimento alto. Nestas situações, a biblioteca deve ponderar se não é vantajoso um licenciamento por período maior, ao invés de realizar diversos alugueis curtos.

No modelo EBS o fornecedor disponibiliza seu catálogo completo por um período determinado, com cobrança de valor estimada à quantidade de acessos realizados pela comunidade atendida pela biblioteca. Pode ocorrer seleção dos títulos não licenciados que ficarão disponíveis para consulta, seguindo os mesmos critérios utilizados no DDA ou no STL. Caso não ocorra seleção, todos os títulos do fornecedor podem ficar acessíveis. Usualmente as bibliotecas privilegiam publicações que cobrem as temáticas de interesse dos

usuários, porém é interessante poder ampliar este escopo, principalmente pelas características interdisciplinares da área de atuação da instituição participante.

Ao término deste prazo, a biblioteca fará Aquisição perpétua dos títulos que foram mais consultados, incluindo ao acervo as obras que despertaram interesse dos usuários. Diferentemente do DDA, o licenciamento não ocorre após atingir uma quantidade limite de solicitações realizadas, mas somente após a confirmação do uso dos títulos que foram disponibilizados (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2015; FERNÁNDEZ BURGUETE et al., 2014).

A seleção dos títulos que serão adquiridos tem como base estatísticas de uso, avaliações dos usuários, ou então são definidas para suprir lacunas na coleção. Assim, são incluídos títulos que efetivamente foram consultados diversas vezes, minimizando o risco de adquirir obras acessadas por um ou poucos usuários. Desta forma, no EBS a biblioteca estabelece com o fornecedor a aquisição de conjunto de títulos que serão incluídos na coleção, e onde os títulos não consultados não acarretam obrigatoriedade de licenciamentos.

A Tabela 1 reúne algumas características dos modelos de negócios e suas implicações no desenvolvimento de coleções.

Tabela 1: Características dos modelos de negócios

Modelo / Característica	Preço	Renovação	Atualização dos títulos	Edições	Participação do usuário no licenciamento
Aquisição perpétua	Similares ou superiores às versões impressas	Não, porém pode ocorrer cobrança para manutenção da plataforma de leitura	Não incluem novos títulos sem novos licenciamentos	Não. Licenças de novas edições devem ser adquiridas	Não
Assinatura	Mais baratos se comparados com Aquisição Perpétua	Sim. Periodicidade normalmente anual	Inclui novos títulos no pacote, com ou sem custos adicionais	Podem ser incluídas no pacote, com opção de remoção da edição anterior	Não
DDA	Valores variam de acordo com o modelo de negócio adotado (STL, Assinatura ou Aquisição Perpétua) após atingir número de acessos estipulados	Sim, se os títulos licenciados forem incluídos em pacotes de assinaturas	Sim. Interessa ao fornecedor ampliar a oferta de títulos disponíveis	Sim. Interessa ao fornecedor ampliar a oferta de títulos disponíveis	Sim, de acordo com os acessos realizados, o título pode ser licenciado por outro modelo de negócio
STL	De 10 a 30% do valor do livro digital licenciado	Sem possibilidade de renovação identificada, porém opção de realizar um novo aluguel	Sim. Interessa ao fornecedor ampliar a oferta de títulos disponíveis	Sim. Interessa ao fornecedor ampliar a oferta de títulos disponíveis	Parcial. Bibliotecário pode alterar forma de licenciamento de acordo com a quantidade de solicitações realizadas
EBS	Cobrança sobre a estimativa de acessos que serão	Não, porém nova oferta de títulos pode ser	Sim. Novos títulos podem ser incluídos no	Sim. Novas edições podem ser incluídas no	Sim, títulos acessados serão adquiridos ao

	realizados. Títulos acessados serão licenciados por Aquisição perpétua	realizada após licenciamento dos títulos consultados	período de utilização, antes do licenciamento	período de utilização, antes do licenciamento	final do período de análise
--	--	---	--	--	--------------------------------

5 Implicações no Desenvolvimento de Coleção

Analisando os modelos de negócios descritos, os que representam maiores mudanças nas atividades bibliotecárias são o DDA, STL e EBS, sem relatos de experiências no Brasil. Neles observa-se que a ideia do “*Just in time*” (“na hora certa”, tradução nossa) prevalece, atendendo o imediatismo dos usuários (CHAN, 2012), ao invés do “*just in case*” (“apenas no caso de”, tradução nossa). Com estes modelos o controle do desenvolvimento de coleção é praticamente delegado ao usuário, com o bibliotecário podendo definir recortes nas obras a serem oferecidas, ou ainda moderando as solicitações. Por outro lado, mostra-se necessário um acompanhamento das solicitações e utilizações, para evitar comprometer o orçamento existente, ou a possibilidade de utilização não pertinente ao escopo da instituição. Entretanto, estes modelos são atrativos aos usuários por permitir o acesso imediato a títulos que não pertencem à coleção.

Nos modelos de negócios transitórios o papel do bibliotecário responsável pelo desenvolvimento da coleção deve ser calcado na leitura e análise de dados estatísticos, acompanhando as solicitações e realizando ajustes nas modalidades de acordo com a demanda e utilização dos recursos, zelando para que o orçamento da instituição seja empregado de forma consistente e otimizada. Observa-se que as bibliotecas dificilmente trabalharão com um único fornecedor e que pode existir, inclusive, exclusividade de comercialização do conteúdo. Isto requer a realização de diversos contratos de licenciamento, com possibilidade de emprego de variados modelos de negócios, exigindo ajustes na utilização dos recursos disponíveis.

Os fornecedores oferecem pacotes com diversos títulos, alterando a seleção individual por conjuntos de obras. Esta postura exige do bibliotecário ponderações em relação à duplicidade de obras licenciadas (obras concorrentes), que estejam presentes nos pacotes de diversos fornecedores (GREGORY, 2011). “Quanto mais fornecedores a biblioteca trabalhar, maior a chance de ter duplicações” (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2014, p.12, tradução nossa). Cabe ao bibliotecário analisar se o licenciamento dos títulos digitais que existem no formato impresso no acervo é pertinente. Se por um lado representa outra possibilidade de utilização aos usuários e menor ocupação de espaço físico para armazenamento, por outro acarreta em investimento em conteúdo já existente na coleção, promovendo redundância.

A substituição de edições existentes por novas representa fragilidade ao acervo, a partir do momento que a biblioteca não pode assegurar a seus usuários que disponibilizará ao menos uma obra em edições anteriores. Nem sempre uma edição atual possui a mesma qualidade das anteriores. Os estudos de evolução de áreas, acompanhados por edições de publicações, também ficam comprometidos, sem a garantia de perpetuidade do conteúdo na biblioteca. Desta forma, as bibliotecas tornar-se-ão locais de informação atualizada, sem manutenção de história.

Outro fator observado nos modelos é a alternância entre os mesmos. As modalidades de contratação podem ser alteradas de acordo com a demanda apresentada pelos usuários. Recomenda-se assim que ocorra distribuição do orçamento de aquisição da instituição em diversos modelos, garantindo que as obras essenciais sejam licenciadas por Aquisição perpétua e que títulos complementares sejam utilizados de forma transitória.

Tanto no modelo de Aquisição perpétua como nos modelos transitórios – Assinatura, DDA, STL e EBS – observa-se fragilidade na manutenção dos títulos nos acervos, com as

obras podendo ser removidas das plataformas dos fornecedores em decorrência de não renovação ou rescisão de contratos entre autores, editores e agregadores. Desta forma, a biblioteca não pode assegurar a seus usuários a manutenção de títulos em sua coleção, ficando à mercê de negociações realizadas pelo mercado editorial.

6 Considerações Finais

Constata-se na pesquisa que os bibliotecários passam a lidar com variados modelos de negócios em decorrência da inclusão de livros digitais nos acervos, com a licença de uso podendo ter prazo de utilização finito – licenciamentos transitórios -, ou sem data limite definida, no modelo Aquisição perpétua. Contratar os títulos por meio de editores ou intermediários pode representar a escolha nas modalidades de licenciamento que serão possíveis, visto que os modelos transitórios são oferecidos em sua maioria pelos agregadores de conteúdo. Nota-se, também, que as bibliotecas podem não ter autonomia para selecionar os títulos presentes em pacotes de publicações, limitando a contratação de títulos individuais.

Os modelos de negócios permitem às bibliotecas o licenciamento de livros digitais, com a aquisição ocorrendo de forma distinta das opções existentes ao leitor, que realiza suas contratações por meio de livrarias virtuais. Alguns modelos permitem a utilização de títulos não pertencentes a coleção, não representando, contudo, investimentos altos ou de longo prazo em obras que possuam baixo interesse dos usuários. Assim, ocorre ampliação da quantidade de títulos disponíveis para consulta, com pagamento somente do conteúdo que foi efetivamente utilizado.

Os modelos de licenciamento transitórios são derivados dos alugueis e iniciaram com as Assinaturas. Os modelos DDA, STL e EBS desenvolveram-se devido a diversidade de opções de comercialização apresentadas pelos fornecedores. É nítido que aos fornecedores propor a utilização transitória de livros digitais promovendo alugueis é uma forma de assegurar remuneração nas contratações, visto que no formato digital não existe a necessidade de adquirir diversos exemplares de um mesmo título, o que representaria queda nas vendas.

O licenciamento por Aquisição perpétua se mostra confortável aos bibliotecários, em decorrência de sua similaridade com o processo de compra realizado com obras impressas e a estimativa de permanência em longo prazo do título no acervo. Os altos valores envolvidos, contudo, limitam sua aplicação, representando um entrave.

O modelo de Assinatura representa baixo apelo às bibliotecas. A contratação de pacotes de títulos pode não se mostrar atrativa, com um investimento sendo realizado de forma periódica sem garantia de crescimento do acervo ou permanência dos títulos na coleção. A contratação por Assinatura pode ser interessante nos primeiros movimentos para utilização de livros digitais, porém deve-se analisar se o emprego de modelos mais flexíveis não pode representar melhor utilização do orçamento disponível.

As experiências internacionais apontam o DDA como o modelo apropriado para livros digitais, principalmente pela diversidade de formas de licenciamento que podem ser adotadas, de acordo com o uso que é feito dos conteúdos. Já o STL apresenta maior flexibilidade, com a modalidade de contratação podendo ser alterada pelo bibliotecário de acordo com o monitoramento do uso que foi feito e não disparando um licenciamento de forma automática de acordo com a utilização realizada pelos usuários.

O modelo EBS representa uma forma segura de contratação ao realizar um licenciamento tomando como base a expectativa de uso dos títulos presentes no conjunto de obras e com a contratação realizada somente dos títulos efetivamente consultados. O fato do licenciamento ser realizado por Aquisição perpétua ao final do período pode representar um valor alto às bibliotecas, principalmente por não possuírem referência da quantidade de acessos que podem ser realizados.

As possibilidades de realização de alugueis representam liberdade às bibliotecas ao oferecerem outras formas de consultas aos usuários sem comprometer os orçamentos existentes. Evidentemente a opção de realizar licenciamentos transitórios acarreta uma alteração na forma de aquisição e serviços prestados pelas bibliotecas e é um desafio aos bibliotecários, com necessidade de identificação dos títulos que podem ser utilizados e quais modelos de negócio podem ser aplicados de acordo com as solicitações realizadas.

Analisando os modelos de negócios e suas implicações no desenvolvimento de coleção, observa-se que os livros digitais representam vulnerabilidade na manutenção de títulos no acervo em longo prazo, mesmo que o conteúdo seja licenciado como Aquisição perpétua. Isto é decorrente dos contratos realizados entre autores, editores, distribuidores e agregadores onde, caso ocorram rescisões ou não renovação de contratos entre as partes, resultam na impossibilidade de comercialização e, conseqüentemente, remoção dos títulos das plataformas. Como os fornecedores somente podem disponibilizar os títulos ativos em suas carteiras de representação, caso não ocorra uma renovação contratual, os itens podem ficar indisponíveis. A mesma situação pode ser empregada a títulos esgotados. Se o livro digital não está disponível para licenciamento, os fornecedores não podem incluí-lo ou mantê-lo em suas plataformas.

Observa-se que as bibliotecas dificilmente trabalharão com um único fornecedor. Isto exige a realização de diversos contratos de licenciamento, com possibilidade de emprego de variados modelos de negócios, exigindo ajustes na utilização dos recursos disponíveis.

As experiências e movimentos com livros digitais observados em bibliotecas fora do Brasil são importantes, porém isto não significa que o mesmo entendimento será obtido no país. Evidentemente as bibliotecas brasileiras devem incluir os livros digitais em seus acervos. Apesar de ainda existirem poucos títulos em português e baixa oferta de fornecedores, a demanda de usuários é identificada. As bibliotecas brasileiras, certamente, utilizarão as experiências internacionais como um parâmetro, porém ajustes à cultura local deverão ser identificados e empregados. Atualmente são oferecidas no país apenas as modalidades de Aquisição perpétua e Assinatura. A possibilidade de realização de licenciamentos transitórios é nova ao bibliotecário brasileiro, assim como o próprio livro digital. As formas de contratação, com a seleção e aquisição de um item sendo definidos por usuários e ocorrendo de forma automática a partir de uma quantidade de acessos realizados são completamente novos às bibliotecas do Brasil e, em decorrência da necessidade de processos licitatórios, não se mostram como uma opção aplicável à área pública.

A biblioteca deve ter ciência da necessidade de investimento constante na capacitação da equipe e da comunidade atendida, tanto para descobrir os títulos licenciados, como para utiliza-los. A não utilização de recursos contratados representa um ônus à instituição, configurando desperdício de investimentos. A biblioteca deve empenhar-se em divulgar os títulos disponíveis para consulta, assim como as formas de uso.

O tema dos livros digitais é recente nas bibliotecas e ainda demanda estudos aprofundados. A complexidade decorre das variações nas possibilidades de aplicação, nas ofertas de licenciamento que vem sendo testadas por bibliotecas e fornecedores, e nas conseqüências decorrentes. Modelos de negócios continuam em evolução, com possibilidades sendo exploradas, buscando o alcance de um equilíbrio entre as partes envolvidas. Esta pesquisa tentou delimitar um quadro genérico de possibilidades e implicações da aplicação de modelos de negócios para o licenciamento de livros digitais por bibliotecas. A escassez de relatos de experiências em bibliotecas brasileiras dificulta a identificação de opções de emprego, limitando as reflexões que podem vir a ocorrer no país. Assim, faz-se necessária a abertura de condições para discussões sobre licenciamento de livros digitais nas bibliotecas brasileiras.

E-BOOKS IN LIBRARIES

Abstract:

Specific providers as publishers, aggregators and distributors perform the licensing of e-books to libraries applying business models to contract individual titles or packages of publications. This study analyses the main characteristics of the business models: Perpetual Access, Signature, Demand Driven Acquisition, Short-Term Loan and Evidence Based Selection. From analysis of the characteristics of the business models, the study aims to identify factors that affect the collection development, seeking for significant issues in library practices. Among the factors observed, there has been fragility in titles abundance in the collection due to disruptions or non-renewal of contracts between authors, providers and libraries, the limitations imposed on librarians in selecting the titles and the participation of patrons in forming the collection when applying some of the transitory licensing models. The methodology consists of descriptive exploratory study with review of the literature on the application of e-books in libraries, primarily covering the period 2005-2014.

Keywords: *E-books. Content licensing. Business models. Collection development. Digital content.*

Referências

ALBITZ, Becky; BRENNAN, David. Budgeting for e-books. In: KAPLAN, Richard (Ed.). **Building and managing e-book collection**. Chicago: Neal-Schuman, 2012b. p.85-94. (How-to-do-it manuals)

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Evidence based acquisition**. 2015. Disponível em: <http://ebooks.cambridge.org/user_streaming.jsf?pageId=10088&level=2&pageTitle=Evidence+Based+Acquisition>. Acesso em: 15 fev. 2015.

CHAN, Gayle. **A sustainable e-book purchase model: a successful partnership**. 2012. Disponível em: <<http://libraryconnect.elsevier.com/articles/assessments-outcomes/2012-07/sustainable-e-book-purchase-model>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

COOK, Eleanor. Academic library dilemmas in purchasing content for e-readers: debit cards, sales tax, and workflow issues. In: POLANKA, Sue (Ed.). **The no shelf required guide to e-book purchasing [recurso eletrônico]. Library Technology Reports**, Chicago, v.47, n.8, cap. 3, 2011.

DOUCETTE, Joanne; LEWONTIN, Amy. Selecting e-books. In: KAPLAN, Richard (Ed.). **Building and managing e-book collection**. Chicago: Neal-Schuman, 2012. p.51-74. (How-to-do-it manuals).

FERNÁNDEZ BURGUETE, Sergio et al. **La gestión de la colección de libros electrónicos en las bibliotecas de las universidades públicas valencianas**. 2014. Disponível em: <<http://gredos.usal.es/jspui/handle/10366/123898>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

GREGORY, Vicki L. **Collection development and management for 21st century: library collections: an introduction**. New York: Neal-Schuman, 2011. 260 p.

GRIGSON, Anna. An introduction to e-book business models and suppliers. In: PRICE, Kate; HAVERGAL, Virginia (Ed.). **E-books in libraries: a practical guide**. London: Facet, 2011. p. 19-36.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA e-lending background paper**. 2012. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/clm/publications/ifla-background-paper-e-lending-en.pdf>. Acesso em 06 abr. 2012.

LALLA, Nadia J. E-book publishing the view from the library. In: KAPLAN, Richard (Ed.). **Building and managing e-book collection**. Chicago: Neal-Schuman, 2012. p.23-34. (How-to-do-it manuals).

MORRIS, Carolyn; SIBERT, Lisa. Acquiring e-books. In: POLANKA, Sue (Ed.). **No shelf required** [recurso eletrônico]: e-books in libraries. Chicago: American Library Association, 2011. Cap. 6

MOUNT, Dan. **A review of public library e-lending models**. Bruxelas; Haia: Civic Agenda EU, 2014. 104 p. Disponível em: <http://www.lmba.lt/sites/default/files/Rapporten-Public-Library-e-Lending-Models.pdf>. Acesso em 25 abr. 2015.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Demand Driven Acquisition of monographs**. Baltimore (MD): NISO, 2014. Disponível em: <<http://www.niso.org/publications/rp/rp-20-2014>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

NIXON, Judith M.; FREEMAN, Robert S.; WARD, Suzanne M. (Ed.) **Patron-driven acquisitions: current successes and future directions**. New York: Routledge, 2011. 145 p.

POLANKA, Sue (Ed.). **No shelf required** [recurso eletrônico]: e-books in libraries. Chicago: American Library Association, 2011.

_____. The no shelf required guide to e-book purchasing [recurso eletrônico]. **Library Technology Reports**, Chicago, v.47, n.8, p.1-59, 2011b.

POTER, Michael; WEAVER, Matt; NEWMAN, Bobbi. E-book sea change in public libraries. In: POLANKA, Sue (Ed.). **No shelf required 2** [recurso eletrônico]: use and management of electronic books. Chicago: American Library Association, 2012. Cap.9.

PRICE, Gary. UK: finding from study on remote library lending of e-books published. **Library Journal**, New York, 07 jun. 2015. Disponível em: <http://www.infodocket.com/2015/06/07/uk-findings-from-study-on-remote-library-lending-of-e-books-published/>. Acesso em 8 Jun. 2015.

PRICE, Jason et al. **Beguiled by bananas: a retrospective study of the usage & breadth of patron vs. librarian acquired ebook collections**. Charleston Conference, 2009. Disponível em: <http://ccdlibraries.claremont.edu/cdm/singleitem/collection/lea/id/175>. Acesso em: 18 mar. 2014.

RONCEVIC, Mirela. E-book platforms for libraries. **Library Technology Reports**, Chicago, v. 49, n. 3, p.5-42, abr. 2013.

SERRA, Liliana Giusti. **Livro digital e bibliotecas**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. 189 p. (FGV de bolso).

SERRA, Liliana Giusti; SILVA, José Fernando Modesto da. Licenciamento de livros eletrônicos e o modelo de negócio DDA (Demand Driven Acquisition). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 2079-2084. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/79-2084.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

SHEEHAN, K. **The ebook revolution** [recurso eletrônico]: a primer for librarians on the front lines. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2013.

WOODS, Bronwen; IRELAND, Michael. eBook loans: an e-twist on a classic interlending service. **Interlending & Document Supply**, v.36, n.2, p. 105-115, 2008. DOI: 10.1108/026416108108785885. Disponível em:

<<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/02641610810878585>>. Acesso em 17 fev. 2015.